

DÍVIDA: Reestruturação, Interferência Política e Fim da Soberania...

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

No momento em que a dívida pública consolidada ultrapassa a casa de R\$1 trilhão (*1), o noticiário de 22 de junho de 2002 destaca que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neil, não está disposto a autorizar aportes de recursos do FMI para o Brasil, vinculando tal decisão às "incertezas políticas" ...

Na realidade, a intenção do FMI de não fazer grandes aportes de recursos não surgiu agora. Desde o ano passado, está sendo publicamente anunciada proposta de reestruturação de dívidas, com o objetivo de **eliminar operações de socorro multimilionárias do Fundo:**

PROPOSTA do FMI

Embalada pela crise argentina, a diretora do FMI – Anne Krueger - se declarou, em novembro/2001, preocupada com "as crises dos mercados financeiros emergentes". Por isso, apresentou ao mundo uma proposta que institui um **mecanismo formal de reestruturação da dívida soberana dos países**, a partir de uma nova arquitetura financeira internacional, com a argumentação de que "a proposta ajudará os países a evitar colapso econômico, estimulará os fluxos de capital privado e **eliminará operações de socorro multimilionárias do Fundo**". (*2)

Seu modelo é a instituição de um tribunal de insolvência, do qual participariam os credores e devedores, e teria **força de lei em sentido universal, ou seja, seria superior às leis nacionais; superior inclusive à Constituição Federal!** Evidentemente, o FMI é que operaria esse mecanismo. A proposta do Fundo abarca tanto a dívida externa quanto a interna e visa "reconstruir a confiança dos investidores", restaurando o crescimento dos países ao colocar, em primeiro lugar, as políticas corretivas de ajuste fiscal (que são inversas às adotadas pela maior potência mundial e demais países ricos), o fortalecimento do setor financeiro e regimes mais flexíveis de câmbio.

A partir do mês de abril deste ano, essa proposta passou a ser comentada publicamente também por Horst Köhler, diretor do FMI. Ele explicou que "os credores poderiam decidir, por uma maioria qualificada, sobre os termos da reestruturação" e está defendendo a proposta de Krueger, que "indica que os

credores privados deveriam fiscalizar a política econômica dos países devedores, garantindo assim que o compromisso de pagamento acertado na reestruturação fosse honrado”.

A proposta de renegociação está avançando rapidamente entre os mandatários do planeta, uma vez que **já foi incluída, pelo G7, em seu plano para combater crises financeiras dos “emergentes”** discutido na reunião de abril de 2002.

Não podemos deixar de temer que isso possa gerar situações absurdas como já ocorrido algumas vezes, por exemplo, quando tribunais americanos deram ganho de causa a credores que processaram países por terem alterado cláusulas de renegociação de dívidas e, em 2000, um juiz norte-americano determinou o seqüestro de bens do patrimônio estatal do Peru (sedes de embaixada, aeronaves, por exemplo) como indenização por títulos vencidos. Hoje, a Constituição Federal do Brasil impede tais práticas, mas o mecanismo proposto pelo FMI poderá ter força legal superior, institucionalizando, dessa forma, o fim da soberania dos países endividados.

Esta desrespeitosa proposta de renegociação de dívidas, que violenta nossa soberania econômica, se torna ainda mais ameaçadora quando o país passa por um momento extremamente delicado, com fortes ameaças à nossa soberania política e ataques econômicos.

SOBERANIA

É a soberania política que garante ao país a tomada de decisões de forma independente e eficaz, sem a interferência de outros Estados.

Nos últimos dias, os jornais publicaram falas do megaespeculador George Soros, que ofendeu a soberania política da nação brasileira: *“Na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno só votam os americanos; os brasileiros não votam”.*

É alarmante a interferência do MERCADO no processo da escolha democrática dos nossos representantes, especialmente através da MÍDIA, que controla e manipula a opinião pública como quer. Já noticiaram o “Efeito Lula”, o “Fator Lula”, criaram o “lulômetro” e assim por diante. Atribuem a um possível futuro governo de esquerda, a elevação do risco-país e as perdas dos fundos de investimentos nos últimos dias, mas não admitem que os estragos que estamos amargando decorrem especialmente das políticas

adotadas durante o governo de FHC. Foram suas e de sua equipe, as opções políticas que nos trouxeram a esse ponto.

RISCO-PAÍS

Com relação ao crescimento espantoso do “risco-país”, é preciso recordar que este tem sido mais um mecanismo de espoliar as riquezas do país. Ao longo de décadas, nossas taxas de juros têm sido pesadamente oneradas pelo componente risco, imposto pelas agências estrangeiras, especializadas em “calcular” tal risco. Entendo que cabe um questionamento de ordem jurídica a tais empresas, que nos forçaram pagar elevados montantes aos investidores e especuladores, a título de **risco que não se implementou**. Estas agências **manobram e direcionam** o fluxo de investimentos internacionais, na medida em que recomendam ou deixam de recomendar papéis de determinados países. Com suas avaliações, causam prejuízos enormes e não têm sido responsabilizadas por suas incoerências.

No caso brasileiro, embora tenhamos sido **dos** melhores e mais generosos remuneradores do capital do mundo, temos sido onerados por avaliações depreciativas que cada vez mais pressionam as taxas de juros para cima e o valor de face dos nossos títulos para baixo.

Essas avaliações depreciativas **arranham a imagem financeira do país e têm causado danos continuados** às nossas finanças. Se temos honrado religiosamente todos os pagamentos ao longo de tantos anos, e o risco não se implementou, caberia ação de reparação por danos morais e financeiros às agências internacionais, além do recálculo do que já pagamos indevidamente aos credores.

Na verdade, há muita inconsistência nesse parâmetro risco-país, que tanto tem nos prejudicado. A posição ocupada pelo Brasil é ridícula, se comparada à sua condição de excelente pagador. Nossa maior vulnerabilidade está exatamente nas elevadíssimas taxas de juros, impostas pelo “mercado”, que não acredita que o país dará conta de manter essa ciranda em funcionamento por muito tempo. Vejam que é um **círculo vicioso**: o mercado exige altos juros e esses fazem com que a dívida cresça como uma bola de neve, o que aumenta os juros, que **têm sido pagos às custas de enormes sacrifícios, principalmente sociais: às custas de VIDAS.**

Essa política suicida de vultosas taxas de juros imposta pelo FMI é inversa à aplicada pela maior potência mundial, cuja economia, quando em

recessão, cresce mediante a adoção de políticas (redução de juros, aumento dos gastos públicos e investimentos internos) contrárias às que exige dos países devedores através do FMI.

É preciso clarear que o que mais tem contribuído para o crescimento brutal da dívida são as altas taxas de juros praticadas em nosso país, que tem propiciado lucros bilionários ao sistema financeiro nacional e internacional... Na verdade, nunca se viu tamanha transferência de capital do setor público para o privado, propiciada por essa desavergonhada política econômica que gera escandalosa concentração de renda de um lado e, de outro, a condenação ao desemprego, à miséria e à exclusão de um terço da população – 53 milhões de brasileiros são miseráveis e situam-se abaixo da linha de pobreza!

ALTERNATIVA DE RENEGOCIAÇÃO

Diante de tal quadro, a reestruturação das dívidas, da forma proposta pelo FMI, se torna bastante temerária, sendo fundamental o aprofundamento das discussões sobre uma alternativa mais justa e interessante para os povos dos países endividados.

Representantes da Campanha Jubileu de vários países do mundo reuniram-se em Guayaquil, no Equador, nos dias 9 a 12 de março deste ano, a fim de discutir uma proposta alternativa a esse mecanismo unilateral, profundamente parcializado dispensado aos países em desenvolvimento.

Os dezoito países representados em Guayaquil – Equador, Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia, Brasil, Honduras, Ghana, Nigéria, Mali, Ilhas Maurício, Filipinas, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Austrália, Espanha e Canadá – discutiram a alternativa de realização de **um processo de arbitragem justo e transparente**.

A proposta se fundamenta na defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais dos povos, que têm sido violentamente desrespeitados pelos governos que costumam limitar suas ações a interesses de pequenos grupos. As negociações das dívidas têm sido, historicamente, desequilibradas. O FMI, como instituição é mais forte, impõe as regras e não assume qualquer culpa ou responsabilidade pelos danos causados. O exemplo mais recente é o da Argentina, mas vários países estão igualmente penalizados. Por isso, foi discutida também a proposta de criação de um Código Financeiro Internacional, que regule as relações e dê maior equilíbrio e justiça às negociações internacionais.

O processo de arbitragem discutido em Guayaquil busca uma reorganização da forma de negociação e prevê a criação de um tribunal de dívida independente, cujos árbitros se alternariam a cada situação, ou seja, não seriam fixos. Para se chegar a esse mecanismo, os países deveriam iniciar um **processo de monitoramento, audiências públicas e auditorias da dívida, para que se tenha pleno conhecimento da natureza do endividamento – qual parte é legítima e qual é ilegítima.**

A essência do processo de arbitragem é a transparência do endividamento de cada país. A nós, diz respeito a dívida brasileira. **Como chegaremos a esse ponto? Como conseguiremos essa clareza?**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Somente através de uma auditoria profunda e abrangente chegaremos à verdade.

A Constituição Federal promulgada no ano de 1988, prevê a realização de uma auditoria da dívida externa, mas até hoje esta ainda não foi realizada. Enquanto o Congresso Nacional se omite, respaldados no voto dos cidadãos que participaram do Plebiscito da Dívida Externa realizado no ano 2000, diversas entidades da sociedade civil iniciaram, em 2001, os trabalhos da **“Auditoria Cidadã da Dívida”**, que consiste no resgate de documentos, realização de estudos, levantamento de dados, mas visa, especialmente, pressionar pela realização da auditoria oficial.

Em setembro de 2001 o próprio Banco Central anunciou um **“erro” na Dívida Externa no montante de 32,7 bilhões de dólares!!!** Esse fato serviu, no mínimo, para comprovar que é preciso realizar uma auditoria séria nessa dívida, que tanto tem sacrificado a sociedade brasileira.

São inúmeros os questionamentos sobre o processo de endividamento brasileiro.

No decorrer dos nossos trabalhos descobrimos que a Auditoria não é uma experiência inédita no Brasil. Em 1931, o Presidente **Getúlio Vargas** determinou que seu Ministro da Fazenda, **Oswaldo Aranha**, procedesse a uma auditoria em nossa dívida externa, quando se apurou que somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados; os valores reais das remessas eram ignorados e, ainda, não havia contabilidade regular da dívida externa federal! Constatamos ainda que, nessa época, houve um

movimento articulado por parte de 14 países latino-americanos, de suspensão de pagamento de suas dívidas externas.

Resgatamos também Relatório de 1987, elaborado pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso, onde conclui, indignado:

“A situação que ora vivemos - arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc - não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País.”

Após quase oito anos de governo FHC, a frase de sua autoria continua super atual!

Outro documento relevante é o Relatório do Senador Severo Gomes, datado de 1989, que demonstra toda sua indignação diante da postura dos negociadores da dívida brasileira:

“Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação. ... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores... Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei ... em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos.”

O relatório final dessa comissão acabou sendo derrotado em plenário e até hoje a auditoria prevista na Constituição Federal não foi realizada.

O grupo da auditoria cidadã tem procurado analisar o orçamento da União, para conscientizar a sociedade sobre o grau de comprometimento dos recursos públicos com a dívida. A Cartilha sobre auditoria lançada no Forum Social Mundial/2002 (*3) denuncia que enquanto o governo honra a vultosa dívida financeira, dá um verdadeiro calote na dívida social, condenando milhões de brasileiros à completa exclusão.

É urgente e necessário nos aprofundarmos na pesquisa de dados sobre o processo de endividamento dos países em desenvolvimento para relacioná-lo com a proposta de reestruturação das dívidas que está sendo apresentada pelo FMI. Neste contexto, é importante ressaltar que a ALCA seria mais um passo para a submissão aos interesses norte-americanos, acentuando a relação de dependência e perda de soberania, de forma cada vez mais institucionalizada e abrangente.

Outro Brasil é possível.

A auditoria permitirá trazer à tona toda a verdade sobre esse endividamento, que tem sangrado os recursos que deveriam estar sendo destinados a proporcionar **vida digna para todos os brasileiros**. A busca da verdade constitui um importante passo no sentido de redirecionar nossa história para o caminho da prosperidade que merecemos. Não podemos permitir que imperialistas gananciosos continuem submetendo o país à sua ambição, enquanto tantos brasileiros vivem na miséria!...

*1) Página 7 do Relatório de Gestão Fiscal do Governo Federal, 1º quadrimestre de 2002, disponível no endereço eletrônico (www.stn.gov.br).

*2) imf.org

*3) Disponível na página www.unafiscobh.com.br – Auditoria Cidadã